

A APOLOGIA MAQUIAVELIANA DE GABRIEL NAUDÉ AO MASSACRE DA NOITE DE SÃO BARTOLOMEU

Eugênio Mattioli Gonçalves¹
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO:

Em 24 de agosto de 1572, Paris viveu um fato sangrento em sua história: “O Massacre da Noite de São Bartolomeu”, como ficou historicamente conhecido o evento, remete ao assassinato de milhares de huguenotes, a mando da casa real francesa, nas ruas da cidade. Mais um episódio dos conflitos religiosos que dividiram a França do século XVI, o banho de sangue protestante a mando da realeza católica seria, no século seguinte, louvado pelos teóricos seiscentistas da razão de Estado. Seguindo essa linha, Gabriel Naudé, na obra *Considérations politiques sur les coups-d'état* (1639), elogia o golpe que motivou o massacre, defendendo-o das acusações de tirania e o glorificando como ação legítima e necessária por parte dos governantes franceses. Examinar a apologia de Naudé ao referido massacre, e nela buscar a influência da obra de Nicolau Maquiavel exercida sobre o autor, é o escopo de nosso artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Gabriel Naudé; Nicolau Maquiavel; Noite de São Bartolomeu; Razão de Estado.

THE MACHIAVELLIAN APOLOGY OF GABRIEL NAUDÉ TO THE SAINT BARTHOLOMEW'S MASSACRE

ABSTRACT:

On August of 1572, Paris lived a bloody moment in its history : “The Saint Bartholomew's Massacre”, as had been known the event, refers to the murder of thousands of huguenots in the streets of the city, ordered by the french royal family. One more episode of the religious wars that divided France in the XVI century, the massacre would be, in the next century, praised by authors of the reason of State. In this path, Gabriel Naudé, on

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – Brasil. Bolsista do CNPq. E-mail: pu2wik@gmail.com

Considérations politiques sur les coups-d'état (1639), laud the *coup* that motivated the action, glorifying it as a necessary action of the french government. Discuss Naudé's apology to the massacre, and search on it the influence of Niccolò Machiavelli over the author is the objetive of our work.

KEYWORDS: Gabriel Naudé; Niccolò Machiavelli; Saint Bartholomew's Massacre; Reason of State.

Introdução

Em 24 de agosto de 1572, Paris viveu um fato sangrento em sua história: “O Massacre da Noite de São Bartolomeu”, como ficou historicamente conhecido o evento, remete ao assassinato de milhares de huguenotes², a mando da casa real francesa, nas ruas da cidade. Mais um episódio dos conflitos religiosos que dividiram a França do século XVI, o referido massacre de protestantes a mando da realeza católica seria, no século seguinte, louvado pelos teóricos seiscentistas da razão de Estado. Seguindo essa linha, Gabriel Naudé, na obra *Considérations politiques sur les coups-d'état* (1639), elogia o golpe que motivou o massacre, defendendo-o das acusações de tirania e o glorificando como ação legítima e necessária por parte dos governantes franceses. O autor, como diversos contemporâneos ao período, desenvolve uma teoria política pautada por princípios antes já esboçados pelo filósofo florentino Nicolau Maquiavel, como em *O Príncipe* (1513). Para Maquiavel, o governante, quanto tiver em vista a segurança da estrutura estatal, não deve abrir mão dos meios que lhe forem necessários, sejam eles quais forem; a partir daí, ganha força a difusão das sementes da razão de Estado na filosofia política, determinando escritos posteriores, como os de Naudé.

Assim, examinar a apologia de Gabriel Naudé ao massacre da noite de São Bartolomeu, e nela buscar a influência da obra maquiaveliana exercida sobre o referido teórico, é o escopo de nosso trabalho.

Para tal intento, se faz necessário inicialmente apresentarmos uma síntese sobre os acontecimentos que configuraram o Massacre da Noite de São Bartolomeu, alvo aqui observado do discurso de Gabriel Naudé. Posteriormente, analisaremos a vida e a obra do referido autor francês, com ênfase no livro *Considérations politiques sur les coups-d'état*, considerando o contexto de apogeu do maquiavelismo em que se encontrava imerso. Por fim, concatenando as partes analisadas em vista do objetivo deste trabalho, examinaremos a influência da teoria de Nicolau Maquiavel exposta em *O Príncipe* ao comentário apresentado por Naudé ao Massacre da Noite de São Bartolomeu.

² Termo referente aos protestantes franceses do período.

O Massacre

A matança perpetrada em 1572, naquela fatídica noite de São Bartolomeu, viria a ser o mais célebre banho de sangue francês antes do Édito de Nantes³, e um dos eventos mais importantes da história moderna da França⁴.

Naquele ano, a França vivia imersa num período de guerras religiosas, marcado pelo confronto entre católicos e protestantes. No centro da disputa se encontrava a casa real francesa, católica, formalmente encabeçada pelo Rei Carlos IX, mas pragmaticamente conduzida por Catarina de Médici, mãe do monarca e figura de real autoridade reconhecida⁵. Ao lado da monarquia, a nobreza francesa, também católica, buscava em lideranças como o Duque de Guise⁶ amparo ao ódio à nova classe ascendente, a burguesia, majoritariamente protestante.

Mas o ano de 1572 viria a trazer grandes surpresas. Acordado em 11 de abril daquele ano, com a aparente intenção de amenizar os conflitos religiosos na França, o casamento de Magarida de Valois⁷, irmã do Rei Carlos IX, com Henrique de Navarra, líder protestante que futuramente viria a se tornar o rei francês Henrique IV, foi marcado para os dias 17 e de 18 de agosto, com claros interesses políticos de Catarina de Médici, mãe da noiva e principal arquiteta da união.

No que tange aos motivos de Catarina para com o casamento arranjado, alguns autores crêem na premeditação do Massacre por parte da rainha, com o intuito de, com o casamento, trazer à Paris as mais proeminentes lideranças huguenotes; segundo tais autores, o Massacre de São Bartolomeu teria sido um fato planejado anos antes⁸. Para além das especulações, o ambiente político que envolvia Paris naquele mês de agosto de 1572 era de grande tensão. Apesar das boas intenções anunciadas, de um passo na conciliação religiosa na França, pairava no ar uma névoa de desconfiança acerca dos reais interesses da união entre a filha da rainha católica com o líder protestante. Philippe Erlanger comenta:

³ Assinado pelo Rei Henrique IV em 1598, o Édito de Nantes concedia, ainda que com ressalvas, garantia de liberdade de culto na França, colocando um fim aparente às guerras religiosas no país. O Édito de Nantes viria a ser revogado em 1685, por Luís XIV, com o Édito de Fontainebleau.

⁴ Cf. BAKOS, 1997, p. 28.

⁵ Sobre o caráter forte da figura da rainha, cito Phillipe Erlanger: “[...] seus filhos não a abordavam jamais, e, em sua presença, não podiam evitar uma espécie de amedrontadora reverência. Impositiva como uma matrona segura de seu poder, de sua autoridade, de sua força” (cf. ERLANGER, 1960, p. 55-56).

⁶ Um dos fundadores da Santa Liga, em 1576, cujo intento, com o apoio da Igreja, era o de combater as heresias protestantes, em meio às guerras religiosas da França no período.

⁷ A *Rainha Margot*, do homônimo romance histórico de Alexandre Dumas.

⁸ John Hearsey McMillan Salmon cita especulações como a de que Catarina de Médici teria planejado tais ações em 1568, num encontro com o Duque de Alba, na cidade francesa de Bayonne (cf. SALMON, 1975, p. 186).

Esse casamento, no qual as almas piedosas e os extremistas dos dois campos se recusavam a acreditar, esse casamento contra a natureza, aconteceu! Foi feito para trazer harmonia. Seu efeito imediato foi o de exasperar os ódios (ERLANGER, 1960, p.132).

Simultaneamente à festa das núpcias de 18 de agosto, nos bastidores do poder já estavam arquitetados outros planos; o Almirante Gaspard de Coligny, influente líder protestante, estava com os dias contados. Orquestrado pelo Duque de Guise, em vingança à morte do pai de Guise anos antes, a mando do Almirante, o assassinato de Coligny recebera carta branca de Catarina de Médici, irritada pela potencial ameaça da influência do huguenote, que gozava de estima do rei. O amadurecimento dos frutos dos conflitos religiosos na França convergia a cada dia.

Um desfecho era iminente; começavam a se juntar as peças do Massacre. No dia 22 de agosto daquele ano, voltando de um encontro com Carlos IX (que nada sabia do viria a acontecer), dois tiros são disparados: é concretizado o atentado ao Almirante Coligny: “uma bala raspa o dedo indicador direito de Coligny; a outra abre caminho no braço esquerdo, indo se alojar no osso do cotovelo. O velho guerreiro ainda estava de pé” (ERLANGER, 1960, p. 138).

A tentativa falha de assassinato é a gota d’água. O atentado fracassa: Coligny sobrevive, para a ira de Catarina de Médici. Mas os protestantes franceses estavam ainda mais irados; a pressão sobre o rei foi imediata: que se abrisse um inquérito e se apurasse os responsáveis pela tentativa de assassinato. Catarina e as lideranças católicas não poderiam permitir que tal investigação se concretizasse; com muito esforço, convencem Carlos IX de que uma rebelião huguenote se premeditava, e que a ameaça de um golpe era iminente. No dia seguinte ao atentado, o clima que envolvia Paris não poderia ser mais propício a um contra-golpe:

Na manhã de sábado, 23 de agosto, a cidade tem seus dias com cara de tumulto. Nada mais terrível do que a união do fanatismo e da miséria; Paris é uma cidade meio em ruínas, cujo ódio não é apenas quanto à religião, mas à riqueza dos huguenotes. Os protestantes representam uma aristocracia: a aristocracia da espada, do manto, do comércio. Eles ouviram a palavra de Calvino, de que a prosperidade material marca a benevolência do Senhor. Seus inimigos atribuem os tesouros a outro motivo, à pirataria e à pilhagem de igrejas.

Ao acreditar nos moralizadores, qualquer tipo de violência, qualquer repressão é legítima contra esses lacaios do inferno (Ibid., p.145)

O Massacre é montado. Cedendo à nobreza católica, encabeçada pela rainha-mãe, Carlos IX ordena o assassinato dos principais líderes

huguenotes, em vista de manter a ordem e garantir a segurança do poder. Entretanto, comenta Salmon: “Assim, o que havia sido pensado como a purga das lideranças huguenotes se tornou, com o desencadeamento das fanáticas paixões populares, um banho de sangue no qual todos os protestantes, e alguns que não eram protestantes por inteiro, serviram de vítimas” (SALMON, 1975, p. 186).

A execução de Coligny finalmente é concretizada, levando a reboque a morte de milhares de protestantes, líderes calvinistas como o almirante ou não. Inicialmente perpetrados contra os principais acusados do suposto complô contra a casa real, rapidamente os assassinatos se expandem a todo e qualquer protestante, sem distinção de sexo ou idade. A carnificina desencadeada pelas ruas de Paris se segue por dias, e se alastra ao interior do país, produzindo incontáveis vítimas.

O número de mortos no Massacre de São Bartolomeu é impreciso: teóricos e historiadores do período apresentam estatísticas que vão de 6 mil a apocalípticos 100 mil assassinatos.⁹

Independente do número exato de mortos, o Massacre de São Bartolomeu deixa aos séculos seguintes um considerável legado teórico, inaugurando uma nova fase na teoria política francesa¹⁰. Segundo Adrianna Bakos, o Massacre marca uma bifurcação na teoria política tradicional, em dois campos opostos: constitucionalismo e absolutismo. Segundo a autora: “Após a deflagração das guerras religiosas, e mais especificamente após o Massacre da Noite de São Bartolomeu, [...] limitação [ao poder] e autoridade nunca mais puderam se encaixar confortavelmente” (BAKOS, 1997, p. 29).

A partir dos frutos deixados pelo Massacre de São Bartolomeu, o século seguinte viria a ser marcado principalmente por obras produzidas pelos escritores da razão de Estado, admiradores da sagacidade política que teria originado o evento. Para tais autores, a necessidade de garantir a segurança do poder do Estado (na figura de Carlos IX), motivo que teria provocado o Massacre, se sobrepõe às tentativas de conciliação religiosa e demais conflitos éticos ou morais, tendo em vista o bem comum.

Dentre os teóricos dessa corrente, Gabriel Naudé é digno de destaque. Assim, observemo-lo adiante.

⁹ Erlanger nos oferece ambos os extremos: “Qual foi o número de vítimas? Tem-se discutido desde o primeiro dia do massacre, e raramente com sangue-frio. O maior exagero é o de Péréfixe, mentor de Luís XIV, então arcebispo de Paris, que falou de 100 mil mortes. Bossuet, por escrito, na mesma época, deu o valor mais baixo: 6 mil” (ERLANGER, 1960, p.193). Autores como Bakos e Salmon, por sua vez, concordam com um número bastante razoável: aproximadamente 3 mil protestantes teriam sido assassinados em Paris e 10 mil nas províncias. (Cf. BAKOS, 1997, p. 29 e SALMON, 1975, p. 187)

¹⁰ Cf. BAKOS, 1997, p. 29.

Gabriel Naudé e a Razão de Estado

Nascido no ano de 1600, em Paris, Gabriel Naudé iniciou sua formação cursando medicina, em seguida a abandonando. Durante a maior parte da vida, dedicou os estudos principalmente à reflexão política. Membro bem relacionado da intelectualidade francesa da época, foi secretário do Cardeal di Bagni, em Roma, e, posteriormente, bibliotecário do Cardeal Mazarin. Também teve grande contato com o Cardeal Richelieu. Homem de gabinetes, conhecedor dos bastidores da prática política, Naudé é contemporâneo da formação do absolutismo na França, pautado pela centralização e expansão dos Estados modernos, acompanhado por um processo de ampliação do controle social¹¹. Tal contexto é marcado pelo forte desenvolvimento da razão de Estado, noção amplamente desenvolvida por Gabriel Naudé. Segundo Bakos, Naudé “talvez tenha sido o pensador mais lúcido e articulado dos teóricos da razão de Estado”¹².

Apesar da formulação do termo remontar ao final do Renascimento, a origem do conceito de razão de Estado é ainda anterior. É atribuído a Nicolau Maquiavel¹³ o esboço teórico do que viria a ser desenvolvido nos

¹¹ Para um panorama claro do referido processo, cf. ROMANO, R. Reflexões sobre impostos e *raison d'Etat*. In: Revista de Economia Mackenzie, v. 2, n. 2. 2004.

¹² BAKOS, 1997, p.124. Junto ao pensamento da historiadora estadunidense, Diogo Pires Aurélio concorda com a importância de Naudé para o tema, ao comentar que a obra magna de Naudé é a mais representativa do gênero da razão de Estado (Cf. AURÉLIO, 2012, p. 146).

¹³ A extensão da influência de Maquiavel sobre o desenvolvimento da razão de Estado constitui uma ampla discussão. Há intérpretes como Friedrich Meinecke, que defendem que o florentino “[...] por toda a sua vida esteve limitado por um propósito definido para o Estado. E, da mesma maneira, toda sua forma política de pensar é nada mais que um processo contínuo de pensar a razão de Estado” (MEINECKE, 1957, p. 29). Quentin Skinner, por sua vez, recusa tão forte atribuição automática da razão de Estado ao filósofo, mas não deixa de enxergar a relação entre Maquiavel e o conceito, relação essa que muitos autores (como Naudé) constroem nos séculos seguintes. Afirma Skinner que “É claro que uma defesa da *ragione di stato* nesses termos jamais foi proposta por nenhum dos humanistas mais ortodoxos da Itália quatrocentista. Mas vimos que a idéia de que bons fins podem ser utilizados para justificar maus meios constituiu um fator central na teoria política de Maquiavel. [...] entende-se por que a geração que se seguiu de humanistas do Norte haveria de condenar cada vez mais a “razão de Estado”, engrenando sua polêmica acima de tudo na infame figura de Maquiavel, inventor da doutrina [...]. Foi na França e nos Países Baixos, porém, que a doutrina puramente maquiaveliana da *ragione di stato* conquistou sua base mais firme, no correr do século XVI” (SKINNER, 1999, p. 267, 269 e 272). Num estudo mais recente, Diogo Pires Aurélio nega que leituras como as dos teóricos da razão de Estado sejam plenamente fiéis aos escritos do italiano, ao comentar que, para elas “[...] os alegados e comumente amaldiçoados ensinamos de Maquiavel, com toda a perfídia que lhes anda associada, tornar-se-iam compreensíveis e mesmo aceitáveis, porquanto eles seriam destinados exclusivamente a situações excepcionais [...]. Uma vez afastada a necessidade e a exceção por ela ditada, a razão e as suas normas impor-se-iam de novo. [...] Não é, todavia, exatamente isso que se lê em Maquiavel” (AURÉLIO, 2012, p. 82). Entretanto, novamente na crítica às distorções de leitura da obra do florentino, Diogo –

séculos seguintes, pelos teóricos da razão de Estado. Afirma o filósofo florentino, em *O Príncipe*: “[...] nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas. Procure, pois, um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados [...]” (MAQUIAVEL, 1976, p. 103).

Partindo principalmente do delineamento deixado por Nicolau Maquiavel, onde nasce a relação da razão de Estado com o maquiavelismo, o conceito atinge seu ápice no século XVII, impulsionado pelos escritos de diversos teóricos; dentre eles, Gabriel Naudé.

Segundo Michel Senellart, a obra *Considérations Politiques Sur Les Coups d'Etat* é uma das principais apologias sistemáticas do maquiavelismo.¹⁴ Nela, Naudé classifica, define e regula uma teoria dos “golpes de Estado”, assim como suas aplicações. Nessa teoria, a presença do sacrifício necessário, mesmo como mera parte de um processo (e não como momento extraordinário), é colocada por Naudé com bastante naturalidade. Para o autor, da mesma forma que um bom cirurgião é adestrado nas técnicas precisas de amputação dos membros doentes (a fim de conservar saudáveis os demais membros do corpo),

Por que, então, deve estar vedado a um bom político saber engrandecer ou destruir, exhibir ou ocultar, dar vida ou tirá-la, para aqueles que julgar necessário tratar de uma outra maneira para o bem e a paz de seu Estado? Muitos sustentam que o príncipe verdadeiramente sábio e capaz deve não apenas governar segundo as leis, mas inclusive acima da lei, se a necessidade assim exigir (NAUDÉ, 1993, p.9-10).

tal como Skinner – percebe qual o fundamento buscado. Cito: “Política, necessidade e guerra estão, pois, intrinsecamente associadas no maquiavelismo [...], os teóricos da chamada “razão de Estado”, tentarão desmembrar a unidade assim constituída e restabelecer a subordinação da política à razão universal ou à lei de Deus. Porém, a idéia de que a política possui uma especificidade e um campo próprio no interior do racional, de maneira que as suas regras apontam como necessárias certas decisões não fundamentadas na moral ou no direito, irá permanecer inamovível. A coberto das declarações de muitos autores escandalizados com o amoralismo d’O Príncipe, o que ressalta é o apuramento de um conjunto de saberes e técnicas dedicado à conservação do equilíbrio político, ou seja, uma razão de Estado, com tudo o que esta implica a partir do momento em que seus fins se consideram necessário” (AURÉLIO, 2012, p. 169). De tal modo é possível evidenciar que, apesar de permeadas por distorções e interpretações imprecisas da obra do florentino, as leituras de teóricos da razão de Estado se baseiam nos escritos de um autor que, mesmo sem querer – e não é nosso intuito aqui julgar sua intenção –, abriu a porteira dessa estrada que seria explorada nos séculos posteriores. A leitura que Naudé realiza da Noite de S. Bartolomeu, nela influenciado por essa lógica, é um impecável exemplo desse movimento que se julga apadrinhado por Maquiavel.

¹⁴ Cf. SENELLART, 1992, p. 28-29.

No trecho acima, é transparente nas palavras de Naudé a defesa maquiaveliana da aplicação à política de determinados sacrifícios necessários, em vista de um bem maior; quando tal bem é a conservação e a segurança do Estado, surge a razão de Estado.

Para entender tal pensamento, é imprescindível compreender o papel da *prudência* na teoria de Gabriel Naudé. Afirma o autor:

Devemos considerar a prudência como uma virtude moral e política que não tem outro propósito além de buscar, de meios diversos, os mais eficazes e mais acessíveis recursos para realizar e levar a bom término os assuntos políticos que o homem se propõe (Ibid., p.33).

Virtude política, a prudência é dividida por Naudé em duas formas: ordinária e extraordinária. A primeira forma se dá na atuação política rotineira, de maneira atenta às leis e aos costumes, através da qual o soberano deve fazer uso adequadamente para governar. A segunda forma, entretanto, propriamente extraordinária, surge de necessidades emergenciais ao governante, exigindo ações que podem, *legitimamente*, passar sobre a moral ou o direito. Naudé nos explica que aqueles que detêm o poder, diferentemente dos homens comuns, devem saber bem utilizar a prudência extraordinária, pois a responsabilidade que lhes pesa permite o uso dessas ações. Cabe ao bom governante, apenas quando necessário, saber empregar a mentira, a dissimulação, a traição e o segredo, instrumentos políticos extraordinários, mas de uso legítimo. Daí procede o elogio do autor ao monarca Luís XI, semeador das bases do absolutismo francês, a quem Naudé atribui a origem da frase “quem não sabe dissimular, não sabe governar”¹⁵. Nas palavras do escritor, Luís XI foi “o mais sábio e sagaz de nossos reis [franceses]” (NAUDÉ, 1993, p. 34), por saber utilizar com maestria práticas como o segredo de Estado.

Segundo Naudé (1993, p.14), as ações políticas de prudência extraordinária

[...] nascem nos mais recônditos gabinetes dos príncipes, e não são tratadas ou deliberadas nos plenário do senado ou de uma corte de parlamento, mas sim entre dois ou três dos mais capazes e confidentes dos ministros que um príncipe possui.

Entretanto, equivocam-se aqueles que podem considerar Naudé digno de uma visão simplista acerca da noção de prudência que dirige aos

¹⁵ Cf. Ibid., p. 35. É difícil determinar com clareza a autoria dessa sentença. Justo Lísio, forte influência nos textos de Naudé, atribui a origem da expressão a Sigismundo de Luxemburgo ou a Frederico III. Autores como Jean Bodin e Giovanni Botero também têm suas versões sobre a origem da frase. Cf. LIPSIO, G. *Opere Politiche*. Torino: Nino Aragno Editores, 2012, p. 461, nota 371.

príncipes; o autor se preocupa em diferenciar as atitudes de um tirano, que apenas busca o próprio benefício particular, das ações de um bom governante, que, ao utilizar tais instrumentos, visa a satisfação dos interesses públicos. Gabriel Naudé é autor de uma teoria radicalmente pragmática, que defende o uso político de quaisquer meios (como o sacrifícios necessários) a partir de um princípio puramente instrumental. Segundo Carlos Gómez Rodríguez:

O uso do poder se converte em objeto privilegiado da teoria política que pretende responder às necessidades do novo Estado do século XVII, gerador de uma normativa legal e de um aparato de poder que aspirava fundamentalmente ao controle do tecido social. Este poder, no pensamento político naudeano, como não responde a um destino providencial ou a origem divina, deve ser entendido como uma técnica operativa que a nova ciência política deve objetivar em busca de conseguir uma perfeita aplicação, adaptável a diferentes situações e conjunturas (NAUDÉ, 1998, p. XXIII)

Assim, nessa teoria se encaixa a noção de “golpe de Estado”. Em *Considérations politiques sur les coups-d'état*, Naudé define, classifica e regula os golpes de Estado, que, segundo o autor, são

[...] ações audazes e extraordinárias que os príncipes se vêm obrigados a executar no acometimento de empreitadas difíceis, beirando o desespero, contra o direito comum, e sem guardar qualquer ordem ou forma de justiça, colocando em risco o interesse de particulares pelo bem geral (NAUDÉ, 1993, p.65)

Diferente da noção moderna de golpes de Estado, relativo à tomada do poder institucionalizado através da força ou outro método, o golpe de Estado caracterizado por Naudé se refere a um tipo de ação política que deve ser utilizado pelo governante, em casos extremos, em vista de preservar a ordem social e a estrutura estatal. Pequenas faltas ou injustiças, os golpes de Estado devem ser aplicados com honra e justiça, utilidade e decoro, de forma que se dêem sempre na defensiva, em vista da conservação, e nunca na ofensiva, em busca da expansão; sempre utilizados na defesa a maquinações e ofensas, e nunca em vista delas.

Guiados essencialmente pela necessidade, Naudé determina que os golpes de Estado devem almejar o bem comum, e devem se dar da forma mais suave e simples possível. Ao colocá-los em prática, o príncipe deve lamentar e justificar a necessidade dos atos, “[...] com pesar e entre suspiros, como aquele pai que cauteriza ou amputa um membro de seu próprio filho para lhe salvar a vida [...]” (NAUDÉ, 1993, p. 81).

Simple (quando consumado em uma única ação) ou composto (quando é precedido ou seguido por outras ações ou golpes), um golpe de Estado pode ser justo ou injusto: os primeiros são aqueles executados em

prol dos interesses do reino; enquanto os injustos, de caráter tirânico, são aplicados visando interesses particulares. Entretanto, um bom governante, utilizador adequado dos golpes, deve estar ciente da aplicação dos mesmos, unicamente mirando à justiça.

Quanto às situações que exijam a utilização dos golpes de Estado, o autor enumera duas: primeiramente, nos casos de mudanças e implantação de um reino ou principado, e, em seguida, nas ocasiões que se referem à conservação e restauração dos Estados. E, é a partir da segunda condição, que a referida noção proposta por Naudé se mescla indissociavelmente com a razão de Estado.

Dedicando-se a enumerar exemplos históricos de golpes de Estado, o teórico francês reserva especial atenção à Noite de São Bartolomeu, “um dos golpes de Estado mais famosos da história da França, merecedor de especial atenção, apenas podendo ser julgado segundo as circunstâncias que o envolveram” (NAUDÉ, 1993, p. 108).

Examinemos, pois, o evento supracitado.

A apologia

Admirador de Maquiavel, Naudé compartilha com o italiano semelhanças teóricas essenciais. Apesar da cautela necessária ao se relacionar as teorias dos dois autores, o pragmatismo em vista da ação prática na política, inaugurado pelo filósofo florentino, parece ser radicalizado por Naudé, ao transformá-lo em uma “racionalidade puramente política da ação”. Sobre Maquiavel, diz o teórico francês que

[...] efetivamente foi o primeiro a limpar o caminho, em romper o gelo e, se assim temos que expressar, em profanar com seus escritos aquelas coisas das quais os mais sábios se servem como instrumentos verdadeiramente secretos e eficazes para levar a cabo com êxito suas empreitadas (Ibid., p.45).

Tal caminho aberto por Maquiavel é retomado e ampliado por Naudé, que, nas palavras de Yves Charles Zarka:

[...] deve fornecer ao menos os contornos de uma racionalidade política independente de qualquer horizonte teológico, moral ou jurídico. Isso é precisamente o que Naudé configura na forma de uma racionalidade puramente política da ação, com a tarefa de legitimar e justificar o que, no plano moral, pode parecer como pertencente a uma crueldade desumana (ZARKA, 1994, p. 167).

Uma “crueldade desumana” também é a imagem atribuída historicamente ao Massacre da Noite de São Bartolomeu. Gabriel Naudé, entretanto, atribui outra conotação ao evento: para o autor, o massacre, um

dos mais louváveis golpes de Estado já efetuados, foi apenas um sacrifício necessário, pois “algumas vezes se pode salvar uma árvore grande e doente com simplesmente o corte de alguns de seus galhos; do mesmo modo que uma simples sangria pode oportunamente frear o avanço de graves enfermidades” (NAUDÉ, 1993, p. 102). Igualmente, Maquiavel nos relembra que

Deve-se compreender que um príncipe [...] não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, freqüentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião (MAQUIAVEL, 1976, p. 103).

Sobre o massacre, diz Naudé:

Em poucas palavras, tudo estava tão bem disposto que em nada houve erro, exceto em sua execução; e, se essa tivesse se acometido com rigor, teríamos que reconhecer que se teria executado o mais audaz golpe de Estado e o mais sutilmente conduzido daqueles que jamais haviam sido realizados na França ou em qualquer outro lugar. Tenho isso com certeza em meu coração, embora a noite de São Bartolomeu seja hoje em dia condenada por igual entre católicos e protestantes (...) afirmo que essa ação foi muito justa e muito notável, causada por motivos mais do que legítimos e dos quais decorreram conseqüências verdadeiramente perigosas e fora do comum (NAUDÉ, 1993, p. 109-110).

Para Naudé, a condenação histórica do massacre seria fruto de uma grande covardia: o abandono dos historiadores franceses à causa de Carlos IX, ao considerar que esse teve motivos justos para eliminar o Almirante Coligny e os demais líderes protestantes. Segundo o teórico francês, o massacre de São Bartolomeu se mostrou o único remédio contra as guerras religiosas que castigavam a França, com a chance de possibilitar o retorno da paz e da harmonia ao reino: se os protestantes eram a origem do mal, bastaria eliminá-los, afinal “poderia acontecer algum benefício maior à França que a ruína completa dos protestantes?” (NAUDÉ, 1993, p. 131). Numa clara metáfora organicista, diz Naudé que “deveríamos ter imitado os cirurgiões especialistas, que, enquanto a veia está aberta, extraem sangue até o desmaio, para limpar os corpos enfermos de seus humores malignos” (NAUDÉ, 1993, p. 111).

Ainda buscando os motivos através dos quais o massacre teria sido tão difamado e criticado, o autor afirma que a principal causa disso seria o fato de a empreitada ter sido realizada apenas parcialmente; assim, se deu reprovada pelos huguenotes que restaram, tal como foi vista como ineficaz (e portanto, desnecessária) por muitos católicos. Segundo Naudé, caso a ação tivesse sido

[...] levada às últimas conseqüências, ou seja, caso se tivesse conquistado naquele ato todos os hereges, não sobraria agora nenhum, ao menos na França, que o pudesse censurar; tampouco os católicos teriam algum motivo de queixa, em vista da paz e do enorme benefício que aquele golpe teria resultado (Ibid., p.115).

Postando-se em defesa do massacre da Noite de São Bartolomeu, Naudé apresenta e responde três objeções ao golpe, segundo as quais o evento não passaria de uma ação odiosa ligada à posteridade. A primeira objeção é a de que o procedimento utilizado [no golpe] não seria legítimo; a segunda, de que teria sido realizado um excessivo derramamento de sangue; e a terceira, por fim, de que muitos inocentes teriam sido vítimas, juntamente com os culpados.

Com a palavra, o autor:

Para responder à primeira objeção é necessário compreender nossos teólogos quando tratam do problema de fide haereticis servanda¹⁶, e até mesmo adicionar minha própria produção que, como os huguenotes haviam quebrado sua palavra em numerosas ocasiões [...] bem que poderiam pagar na mesma moeda (NAUDÉ, 1993, p. 131).

Analogamente à justificativa dada por Naudé, no capítulo XVIII de *O Príncipe*, Maquiavel apresenta uma apologia da mentira, quando é essa útil ao governante. Na selva humana do estado de natureza, onde o homem é o lobo do homem, afirma o autor que um príncipe prudente deve, quando lhe for conveniente, contrariar a palavra dada, colocando acima de tudo e de todos os seus próprios interesses. Justifica Maquiavel que “se todos os homens fossem bons, este preceito (*a mentira*) seria mau; mas, porque são maus e não observariam a sua fé a teu respeito, não há razão para que cumpras para com eles” (MAQUIAVEL, 1976, p. 102).

Em resposta à segunda objeção ao massacre, Gabriel Naudé oferece um argumento bastante simples: àqueles que afirmam que foi extraordinário o derramamento de sangue na noite de São Bartolomeu, deve ser lembrado que muitas outras ações provocadas pelos protestantes apresentaram matanças muito maiores; igualmente, figuras como Júlio César e Carlos Martel levaram a cabo a morte de centenas de milhares. Assim, aqueles que compararem o massacre da noite de São Bartolomeu a outras sangrentas tragédias, perceberão “que a de São Bartolomeu não foi das maiores, mas sim uma das mais necessárias e justas” (NAUDÉ, 1993, p. 114).

Por fim, à terceira objeção oferecida, afirma Naudé ser a mais difícil de responder, ainda mais ao levar em consideração que muitos católicos

¹⁶ Se se deve manter a fé na palavra dada aos hereges.

tenham sido mortos naquela data. Entretanto, defende o autor, toda ação desse porte possui algo injusto, compensado pelo bem [maior] provocado. Novamente, o bem comum se sobrepõe aos males particulares.

Conclusão

A teoria de Gabriel Naudé, que engloba a ação dos golpes de Estado, legítima e, mais do que isso, *justifica*¹⁷ as ações extraordinárias dos governantes, quando essas são motivadas por um suposto bem comum, um bem maior que *deve* ser concretizado, mesmo que para isso se faça imperativo o uso de sacrifícios, “sacrifícios necessários”.

Os golpes de Estado, instrumentos políticos à serviço do príncipe, abrangem diversos tipos de ação, em diversas esferas (social, religiosa, etc), e constituem medida extraordinária de realização de determinado escopo político. Como exemplo magno oferecido por Naudé, temos a noite de São Bartolomeu.

O massacre da Noite de São Bartolomeu, imerso no contexto das guerras religiosas na França, foi, acima de um ato religioso, uma ação política; um contra-golpe frente à ameaça ao poder do rei, um ato preventivo, mas que, para o autor, deveria ter derramado mais sangue para que fosse melhor sucedido. Desenvolvendo uma noção política que passava a ganhar forma sob o termo de razão de Estado, Gabriel Naudé radicaliza a racionalidade política esboçada por Maquiavel, num frio cálculo baseado no “menor dos males”.

Sábio o comentário de Zarka:

Assim se estabelece uma “razão superior” que justifica e legitima politicamente a ação dos príncipes, mas que compreendemos que deve permanecer oculta, por ser totalmente alheia à razão comum. O texto de Naudé nos faz pensar, em seu aspecto mais terrível, as consequências de uma racionalidade política que não ouve senão a si mesma (ZARKA, 1994, p. 169).

Referências bibliográficas:

- AURÉLIO, D. *Maquiavel e Herdeiros*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012
- BAKOS, A. *Images of Kingship in Early Modern France: Louis XI in Political Thought, 1560-1789*. New York: Routledge, 1997.
- ERLANGER, P. *Le Massacre de la Saint-Barthélemy*. Paris: Gallimard, 1960.
- SALMON, J. H. M. *Society in Crisis: France in the Sixteenth Century*. London: Methuen, 1975.

¹⁷ No sentido mais literal do termo, ao tornar justa.

- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. Revisão técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Roberto Grassi. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.
- MEINECKE, F. *Machiavelism: The Doctrine of Raison d'Etat and its Place in Modern History*. London: Routledge and Kegan Paul, 1957
- NAUDÉ, G. *Considérations Politiques Sur Les Coups d'Etat*. Hildesheim: Georg Olms, 1993.
- _____. *Consideraciones Políticas Sobre Los Golpes de Estado*. Tradução de Carlos Gómez Rodríguez. Madrid: Tecnos, 1998.
- SENEILLART, M. La Raison d'Etat Antimachiavélienne. In: C. LAZZERI e D. REYNIÉ (ed.), *La raison d'état: politique et rationalité*. Paris: PUF, 1992.
- ZARKA, Y. C. Raison d'Etat, maximes d'Etat et coups d'Etat chez Gabriel Naudé. In: Y.C. ZARKA (ed.), *Raison et déraison d'État*. Paris: PUF, 1994.